

AS RELAÇÕES DA POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA DE FINANCIAMENTO EXTERNO COM O “MILAGRE BRASILEIRO”

Cosme Luiz V. Freitas*

O financiamento estrangeiro no Brasil

O relacionamento entre as políticas de crescimento formuladas nos planos de governo e a utilização de linhas de crédito externo é parte de um conhecido processo da história econômica da maioria das nações emergentes. Muito embora, países reconhecidamente industrializados também passaram por fases semelhantes de modelo de financiamento da economia, sem que, entretanto, tenham se inclinado aos caminhos do dependentismo financeiro.¹

Não se trata, então, de se avaliar isoladamente as ações de políticas econômicas tomadas pelos governos que adotaram os ideários capitalistas, uma vez que estas não explicam, por si só, os resultados alcançados, como no caso dos “milagres” econômicos.

Neste contexto, a história nos mostra que o relacionamento das políticas de financiamento externo com as ações de gestão governamental nem sempre estão ligadas aos interesses políticos internacionais e às necessidades econômicas dos investidores do mercado financeiro, bem como a propagação do liberalismo financeiro no mundo.

No Brasil, o processo de financiamento, por meio da captação de recursos externos, guarda, em sua história, um projeto peculiar desde o período monárquico.

No Brasil de 1889, que encerra o período monárquico, o endividamento externo totalizava 30,4² milhões de libras esterlinas, aproximadamente 40 milhões de dólares, em sua quase totalidade aos Rotschild³. A dívida imperial era composta de bônus de curto prazo, com uma taxa de juros de 5% anuais. Embora um

* Professor do Centro Universitário Euro-Americano (UNIEURO).

¹ A exemplo, podem-se tomar os próprios Estados Unidos, que deixaram de ser tomadores de financiamento junto a Inglaterra e passaram a ser emprestadores no início da década de 1910.

² Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, *Material de palestra para o curso de Finanças Públicas promovido pelo FMI*, ESAF, Brasília, 1997.

³ A família Rotschild foi a maior detentora dos títulos do governo brasileiro no período monárquico.

tanto incipiente, já havia um mecanismo de mercado nessas transações simplórias que permitia aos Rotschild, agindo como corretores, oferecer tais títulos no mercado europeu. Mas, em 1896, como a emissão superava a demanda, os Rotschild enviaram ao Brasil apenas 750 libras para cada papel de 1.000 libras comercializado.⁴

O processo de financiamento permaneceu inalterado durante a República Velha, a não ser a busca por novas fontes de recursos para evitar a centralização da dívida externa no Reino Unido. Assim, em 1921, o Brasil negociava seu primeiro empréstimo direto com os EUA, no valor de 50 milhões de dólares. Já em 1930, os norte-americanos detinham 30% da dívida externa brasileira, embora o Reino Unido ainda fosse o maior credor. Em 1931, o representante do governo britânico, Otto Niemeyer, veio ao Brasil com recomendações acerca dos ajustes macroeconômicos necessários ao país. Ao fim da República Velha, a dívida externa atingia 237,5 milhões de libras.

Em 1934, Getúlio Vargas pagou, pela primeira vez em sua história, parcelas de sua dívida externa (amortização). Em 1937, houve a primeira moratória, que, entretanto, não causou maiores impactos na relação do país com seus credores por se tratar de problema temporário de liquidez. Os pagamentos foram reiniciados em 1943, após uma renegociação com os principais credores. Ao fim de seu primeiro mandato, Vargas reduziu a dívida externa de 237,5 milhões de libras para 169,3 milhões⁵.

Durante o período de substituição de importações, os empréstimos bancários aos países em desenvolvimento eram meros financiamentos de exportação a curto prazo. Os bancos eram atraídos por eventuais lucros no processo substitutivo e se utilizavam do efeito *write-offs*⁶ em caso de prejuízos. Após o advento de Bretton Woods⁷, o perfil dos credores foi modificado, de maneira que, em 1961, o Banco Mundial e o FMI controlavam 23% da dívida externa brasileira. Já nessa época, estava consolidado o perfil dos EUA como o soberano econômico, no que diz respeito à internacionalização do investimento direto.

Ao final de 1965, no Governo de Castelo Branco, os EUA haviam terminado seus aportes de recursos para a reconstrução da Europa. Isto possibilitou que

⁴ Fonte: Banco Central do Brasil. In: Anuário Estatístico Econômico do IBGE, 1985.

⁵ Fonte: Coordenação Geral da Dívida Externa – COREX, Tesouro Nacional, Brasília, 1996.

⁶ Expressão usada pelo mercado financeiro, que corresponde à anulação ou ao cancelamento de dívida.

⁷ O Tratado de Bretton Woods, em 1944, onde se deu a criação dos organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

o governo norte-americano recomeçasse a incentivar os investidores a apostar no modelo de desenvolvimento brasileiro.

A partir daí, diversos aportes financeiros foram direcionados para o Brasil, objetivando atender ao modelo de crescimento e de construção da indústria nacional, que o governo Juscelino Kubitschek (1955–1960) havia inserido no seu Plano de Metas.

Entretanto, a alocação desses recursos financeiros era monitorada pelo Fundo Monetário Internacional para garantir aos investidores internacionais, principalmente aos norte-americanos, a não suspensão do pagamento. Considerando que, não muito distante, o governo brasileiro decidiu decretar a primeira moratória⁸ da dívida externa, na gestão de Getúlio Vargas em 1937.

Entretanto, para que o país viabilizasse o setor exportador⁹ e, conseqüentemente, o modelo de crescimento acelerado¹⁰, era preciso uma contrapartida - o equilíbrio doméstico. A arrecadação era ínfima para os padrões de investimento que o governo necessariamente precisaria de aporte de capital externo, uma vez que poupança privada era insuficiente. Assim, ao romper com o modelo agro-exportador (o café por excelência) e, ao mesmo tempo coadunando com os anseios da UDN, que almejava a inserção do Brasil no mercado financeiro internacional, fez com que Castelo aderisse facilmente ao modelo de financiamento externo, certamente direcionado pelos interesses norte-americanos, que de certo não eram o de “caça aos comunistas”. Além disso, o modelo era ponto de acordo entre Castelo e os militares “linha dura”.

As bases do “Milagre Brasileiro”

O governo do presidente Emílio Garrastazu Médici não fez mudanças relevantes na condução da política econômica, os mentores do “milagre” permaneceram em seus postos: Delfim Netto e Reis Velloso, no Ministério da Fazenda e na Secretaria

⁸ A expressão moratória, ou como usado no mercado financeiro internacional *default*, significa a suspensão temporária do pagamento do serviço da dívida e da amortização do principal. Isto representa uma insolvência financeira, traduzida pela incapacidade de pagamento. O impacto de uma moratória ou *default* é a fuga do capital externo e o aumento da taxa de juros, caso o país devedor queira atrair novos investidores estrangeiros.

⁹ O modelo de incentivo à exportação exigiu do governo um grande aporte de recursos financeiros via subsídios, para que os insumos fossem adquiridos no mercado internacional sem comprometerem os altos custos do câmbio cruzeiro – dólar, que chegou em 1966 a Cr\$1.851 por dólar americano. (Fonte: Banco Central do Brasil – Boletim Econômico – Março de 1973)

¹⁰ Recomenda-se a leitura do II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND

de Planejamento, respectivamente. Em seus primeiros dias de governo, Médici anunciou três metas econômicas: manter o crescimento da economia em torno de 8% a 9% do PIB; controlar a inflação, cuja base não poderia ultrapassar os 20%; e aumentar a reserva internacional.

Um importante instrumento de análise estrutural do modelo econômico do governo Médici está descrita na Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971, que dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, para o período de 1972 a 1974. Trata-se, esta lei, de reformulações do primeiro PND reivindicadas pelo Ministro Delfim Netto, tais como: a integração nacional, como estratégia de desenvolvimento regional; a Transamazônica, via o Programa de Integração Nacional – PIN e PROTERRA; ampliação das importações para atender às necessidades, principalmente, de bens de capital e de matérias-primas industriais, uma perspectiva de crescimento das importações acima de 8%; aumento das receitas de exportações superiores a 10% ao ano, diversificando a pauta de exportações; aumento da participação da empresa estrangeira no que Médici chamou de “esforço nacional de conquista de mercados externos”; posição definida junto aos organismos de cooperação multilateral;¹¹ condução da política externa que, levando em conta a posição de reservas já acumuladas e o amplo crédito de que goza o País no mercado financeiro internacional, permita absorver o suplemento de poupança externa destinado a acelerar o crescimento nacional, acima do esforço interno máximo de poupança.

As ações previstas na reformulação do I PND ficaram conhecidas como as “obras faraônicas” pelas vultosas alocações orçamentárias, em obras, C&T, energia e desenvolvimento industrial.

Assim, no governo Médici observamos o maior período do “milagre”. A economia cresceu a altas taxas anuais, como visto, baseado no aumento da produção industrial, o crescimento das exportações e a acentuada utilização de empréstimo externo. Em compensação, o lado social ficou à margem do desenvolvimento, principalmente com um achatamento da renda, via uma rígida política de arrocho salarial, diante da qual os trabalhadores e os sindicatos não podiam reagir.

¹¹ Recomendamos o exame da Lei nº 5.727/71. O texto da lei complementa a sentença “posição definida junto aos organismos de cooperação multilateral”, “...contrariamente às tendências neoprotecionistas em países desenvolvidos, geralmente associadas a problemas resultantes do próprio intercâmbio entre esses países e não da atuação dos subdesenvolvidos.”

Muitos setores da grande indústria, prestação de serviços e agricultura que criticavam os gastos e a intervenção do Estado beneficiaram-se largamente dessa situação.

O "Milagre brasileiro", que se estendeu de 1968 a 1974, combinando o extraordinário crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação, promoveu uma variação positiva no PIB de até 13,9%, como registrado em 1973. A inflação média anual não passou de 20%. Isso parecia de fato um milagre. Só que o fenômeno tinha uma explicação terrena e não podia durar indefinidamente.

Fonte: Revista Conjuntura Econômica / FGV (Setembro/2000)

Conforme observa Skidmore¹², entre 1968 e 1974, a economia brasileira sofreria uma notável expansão, refletida no crescimento acelerado do Produto Interno Bruto (PIB). O período, que ficou conhecido como do "milagre brasileiro" em alusão aos "milagres" alemão e japonês das décadas de 1950 e 1960, seria marcado por taxas de crescimento excepcionalmente elevadas, que foram mantidas, enquanto a inflação

declinava, ao contrário do esperado pelas autoridades brasileiras, que chegou ao menor índice de 15,49% em 1973, estabilizando-se durante o período, com exceção do ano de 1974, quando o choque do petróleo, no mercado mundial, provocou uma inflação cambial, que atingiu no ano a média de 38,93%. Por esta razão, o ano 1974 demarca o fim do *boom* econômico no Brasil.

Os técnicos planejadores do "milagre" beneficiaram-se, em primeiro lugar, de uma situação favorável da economia mundial caracterizada pela ampla disponibilidade de recursos. Os países em estágios de desenvolvimento mais avançados aproveitaram as novas oportunidades para tomar empréstimos externos. O total da dívida externa desses países, não-produtores de petróleo, aumentou de menos de 40 bilhões de dólares em 1967 para 97 bilhões de dólares em 1972 e 375 bilhões de dólares em 1980. Ao lado dos empréstimos, cresceu no Brasil o investimento de capital estrangeiro. Em 1973, o investimento estrangeiro direto havia alcançado o nível anual

de 1,2 bilhões de dólares, que correspondeu a uma variação de 157% em relação a 1972, quase quatorze vezes maior que o nível de investimento registrado em 1964.

Houve também uma grande expansão do comércio exterior. A importação ampliada de determinados bens era necessária para sustentar o crescimento econômico. As exportações se diversificaram com os incentivos dados pelo governo à exportação de produtos industriais: créditos em condições favoráveis, isenção ou redução de tributos e outras medidas semelhantes. Nas exportações agrícolas, destacou-se o avanço da soja, cujos preços no mercado internacional eram bastante favoráveis.

O esforço pela diversificação, que visava tornar o Brasil menos dependente de um único produto, parecia dar resultados. Entre 1947 e 1964, o café que representava 57% do valor das exportações brasileiras e, mais tarde, passou a representar 37% entre 1965 e 1971, e apenas 15% entre 1972 e 1975.

Outro fator a ser destacado no governo Médici foi o aumento da capacidade de arrecadar tributos. Esse fato contribuiu para a redução do déficit público e da ameaça inflacionária.

A política econômica de Delfim Netto

Com base nos registros históricos da política econômica brasileira, pode-se afirmar que o Ministro Antônio Delfim Netto foi o principal protagonista do “Milagre brasileiro”. A utilização do modelo “capitalista associado”, como ficou conhecido, representou o aporte de maciço investimento estrangeiro direto, associado ao intervencionismo estatal de indexação e política salarial.

Seria engano pensar que essa política aplicava uma receita totalmente liberal, deixando para o livre mercado a tarefa de promover o desenvolvimento. Pelo contrário, o Estado intervinha em uma extensa área, indexando salários, concedendo créditos, isenções de tributos aos exportadores e operações de câmbio. Muitos setores

¹² SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p.101.

das grandes indústrias, dos serviços e da agricultura que eram inicialmente contrários aos gastos de governo, frutos da intervenção do Estado na economia, beneficiaram-se largamente da ação do Estado naqueles anos.

A transição do governo de Castelo Branco para Costa e Silva gerou receios ideológicos. Castelo temia que Costa e Silva adotasse uma linha desenvolvimentista se utilizando do financiamento inflacionário. Isto não ocorreu, devido ao fato do então ministro nomeado não divergir ideologicamente de seus predecessores, Octávio Gouvêa de Bulhões, Ministro da Fazenda no período de 15/04/1964 a 16/03/1967, e seu interino Roberto de Oliveira Campos.

Delfim Netto teve uma formação monetarista, proveniente de uma família de imigrantes italianos, cursou economia na USP – Universidade de São Paulo, com pós-graduação em econometria (1958). Foi indicado e empossado no cargo de secretário de economia do estado de São Paulo, em 1966, aos 37 anos, onde permaneceu no cargo até tomar posse como Ministro da Fazenda de Costa e Silva. Durante esse período, Delfim ampliou suas bases de apoio junto a importantes líderes do comércio e da indústria paulista. Além disso, gozava da admiração e respeito de Roberto Campos, que lhe recomendou para dois conselhos de planejamento de alto nível do governo federal.¹³

Entretanto, enquanto Roberto Campos acreditava que o caminho para a política econômica brasileira seria continuar com uma política ortodoxa, via austeridade na utilização de instrumentos de política fiscal e política monetária, sob a premissa de que a inflação ainda se encontrava em patamares ameaçadores e que a indústria brasileira era muito ineficiente para sustentar crescimento doméstico, Delfim e sua equipe de economistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, entenderam que a inflação brasileira não era de demanda e sim provocada pelos altos custos de produção. Dentre estes, o principal custo era de captação do crédito para o financiamento do setor produtivo e que, conseqüentemente, seria repassado aos preços.

Se, por uma lado, Delfim tinha em seu currículo o perfil de um economista ortodoxo, por outro, tomou diversas medidas desenvolvimentistas. Dentre as mais relevantes: a) a implantação de uma política de minidesvalorização cambial

¹³ Ver SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p.143.

para encorajar as empresas brasileiras de entrarem no mercado exportador; b) via emenda constitucional, permitiu a redução dos impostos arrecadados dos estados e municípios de 20% para 12%; c) aumentou a participação do Estado na formação bruta de capital fixo; e d) priorizou o setor agrícola, com medidas para aumentar a renda rural, via subsídios à exportação de grãos e incentivo para a permanência do trabalhador rural no campo.

Com todas essas medidas, além de outras, Delfim assumia um perfil que se enquadrava, por vezes, no modelo keynesiano. Seus resultados foram de curto prazo e serviu de apanágio propagandístico para o governo de Costa e Silva.

“Delfim pregava as virtudes de livre mercado ao mesmo tempo que erguia uma pilha de incentivos específicos. Todos representavam um custo para público, em geral não como verbas consignadas, mas como concessões tributárias e creditícias.”¹⁴

Em setembro de 1970, a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro bateu o recorde de volume de transações em toda a sua história, negociando 24 milhões de cruzeiros num só dia, fato que se repetiria no ano seguinte, quando novos recordes seriam estabelecidos em todos os setores¹⁵. Em outubro de 1970, o Brasil obteve o maior empréstimo concedido até então pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a algum país da América Latina: 66,5¹⁶ milhões de dólares para o complexo hidrelétrico de ilha Solteira.

Ainda nesse ano, o Fundo Monetário Internacional (FMI) informou que o Brasil havia sido o primeiro país latino-americano a ultrapassar a cifra de um bilhão de dólares em suas reservas de moedas fortes naquele organismo, conseguindo superar em apenas um mês em 105 milhões de dólares as reservas da Venezuela, até aquele momento o país latino-americano mais forte dentro do FMI.

Na exposição final do primeiro ano da gestão Médici, tanto Delfim Netto como Reis Veloso afirmaram que, em relação ao setor econômico-financeiro, o Brasil realizou, em 1970, todas as suas principais metas, atingindo o índice de crescimento de 10,4% do PIB; uma taxa de inflação abaixo de 20%, aliados à receita de exportações totais de mercadorias de 2,7 bilhões de dólares; exportações de

¹⁴ Id. p. 189.

¹⁵ Dados extraídos do Relatório de Investimentos da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, 14/09/70, quadros.

¹⁶ Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento – LATAN – *Macroeconomics Outlook, 1970*.

manufaturados de 430 milhões de dólares; nível de reservas cambiais de 1,2 bilhão de dólares; nível do déficit de 820 milhões de cruzeiros em termos reais (preços constantes) e 4,9% como percentagem do PIB. O nível de emissões líquidas subiu de 93 milhões de cruzeiros em 1969 para 2.282 bilhões de cruzeiros em 1970.

Se considerarmos a evolução do coeficiente de vulnerabilidade da dívida externa, observamos que em 1974 chega a atingir 50% da capacidade de endividamento externo nesse governo. Isto deixa claro que, no final do governo Médici, o tamanho da dívida externa já começava a preocupar os analistas de mercado, tanto no mercado doméstico, como do mercado financeiro internacional.

No ano de 1971, conforme Relatório da Dívida Pública¹⁷, Delfim Netto conseguiu, junto ao Banco Mundial, mais dois empréstimos para o Brasil, num total de 96 milhões de dólares, para exploração de jazidas de minério de ferro. Com a aprovação desses dois créditos, o Brasil tornou-se o maior cliente do banco na América Latina, atingindo um montante de compromissos no valor de 1,014 bilhão de dólares. No final do ano, foram também divulgados os resultados numéricos da economia referentes a 1971: crescimento do PIB de 11,4% ao ano, perfazendo um crescimento médio de 8,8% para o período de 1967 a 1971, "níveis jamais atingidos anteriormente no país".

Logo no início de 1972, Delfim Netto anunciava que o balanço de pagamentos do Brasil acusara um superávit de 530 milhões de dólares em 1971, e que as reservas totais haviam alcançado 1,722 bilhão de dólares (Ver GRÁFICO - 2), constituindo-se em novo recorde econômico. Outros empréstimos foram feitos nesse

¹⁷ Ministério da Fazenda - Mapa das Exigibilidades da República Federativa do Brasil, 1972, p. 32.

período, perfazendo um total de 560 milhões de cruzeiros, concedidos pelo Eximbank e pelo Banco Mundial, em Washington, com garantia da União.

O aumento progressivo da desigualdade na distribuição de renda tornou-se o ponto central da crítica à "política nacional de desenvolvimento" seguida pelo governo Médici e amplamente justificada pelos adeptos ao modelo capitalista. O próprio presidente da República declarou, na imprensa¹⁸, a respeito do sucesso obtido pela política econômica de seu governo que "a economia vai bem, mas o povo vai mal". Essa asserção foi reinterpretada pelo ministro do Planejamento com o seguinte pronunciamento: *"a renda per capita de 584 dólares prova que a renda nacional ainda não tem condições de ser redistribuída para melhorar o padrão de vida"*.

A equipe econômica do Governo procurava explicar o problema da concentração de renda como conseqüência do crescimento da economia, ao contrário de seus opositores, que a identificavam como causa. Entre os primeiros, destacou-se a teoria do "fortalecimento das finanças do país", ou seja, a tese de que era necessário assegurar o aumento da riqueza nacional antes de repartir os benefícios do desenvolvimento, uma tese muito utilizada pelo ministro Delfim Netto.

Quais eram, então, os pontos fracos do "milagre"? Devemos distinguir entre pontos vulneráveis e pontos negativos. O principal ponto vulnerável estava em sua excessiva dependência do sistema financeiro e do comércio internacional, que eram responsáveis pela facilidade dos empréstimos externos, pela inversão de capitais estrangeiros, pela expansão das exportações etc.

2002.

Fonte: Banco Central do Brasil – www.bacen.gov.br – Séries históricas.

Outro ponto vulnerável era a necessidade cada vez maior de contar com determinados insumos importados, dos quais o mais importante era o petróleo. Entre os aspectos negativos do "milagre", nota-se principalmente o de natureza social. A respeito, julgamos importante refletirmos sobre a significação do Produto Interno Bruto – PIB, um indicador utilizado com freqüência, que embora seja um bom indicador macroeconômico para mensurar a riqueza nacional, seja em números brutos,

seja *per capita*, não exprime a distribuição de renda,¹⁹ condição *sine qua non* para diferenciar o desenvolvimento do crescimento.

A política econômica de Delfim sofria o dualismo crescimento *versus* desenvolvimento, a primeira seguia os princípios do novo capitalismo, que aposta na acumulação da riqueza como melhor resultado, a segunda tinha uma roupagem socialista, via a forte presença do Estado, tanto na construção de estatais como nos subsídios orçamentários para o setor produtivo privado. Para Delfim as preocupações com gastos sociais não agradariam o rigor que os “investidores” apreciariam em ver nas contas públicas e nem seria uma política adequada para um país emergente. Delfim alegava que antes de se atingir o crescimento pouco ou nada havia para distribuir. Assim, privilegiou a acumulação de capitais por meio das facilidades oferecidas no contexto internacional, com abundante fluxo disponível de capital e da criação de um índice prévio em vista do consumo pessoal, a expansão da indústria, notadamente no caso dos automóveis, que favoreceu as classes de renda alta e média.

Tavares²⁰, economista desenvolvimentista, e a maior crítica do modelo econômico de Delfim, denunciava, incansavelmente, que, para se fazer cumprir as determinações do mercado financeiro internacional, os salários dos trabalhadores de baixa qualificação foram comprimidos, enquanto os empregos em áreas como administração de empresas e publicidade valorizaram-se ao máximo.

*“Tudo isso resultou em uma concentração de renda acentuada que vinha já de anos anteriores. Tomando-se como 100 o índice do salário mínimo de janeiro de 1959, ele caiu para 39 em janeiro de 1973. Esse dado é bastante expressivo se levarmos em conta que, em 1972, 52,2% da população economicamente ativa recebiam menos de um salário mínimo e 22,8%, entre um e dois salários.”*²¹

Segundo Skidmore, o impacto social da concentração de renda foi, entretanto, atenuado. A expansão das oportunidades de emprego permitiu que o número

¹⁸ Acervo eletrônico do *Jornal do Brasil* de fevereiro de 1972. Disponível em: <http://jbonline.terra.com.br/jseculo>

¹⁹ Lembramos que o PIB per capita divide igualmente o produto pela população total sem considerar os diferentes ganhos de grupos sociais. O PIB não exprime também necessariamente o volume e a quantidade de serviços coletivos postos à disposição da população, nem a forma como um país preserva ou destrói seus recursos naturais.

²⁰ TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. 5ª ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1976, p. 143.

²¹ Id. p. 109.

de pessoas que trabalhavam, por família urbana, aumentasse bastante. Por outras palavras, ganhava-se individualmente menos, mas a redução era compensada pelo acesso ao trabalho de um maior número de membros de uma determinada família:

“(...) Não foram pequenos os custos sociais decorrentes da expansão da indústria (...)”²²

Sem dúvida, o aspecto mais negativo do "milagre" foi a desproporção entre o avanço econômico e o retardamento ou mesmo o abandono dos programas sociais pelo Estado, reflexo da estratégia delfiniana de aumentar a riqueza nacional, crescer financeiramente, para depois, só então pensar em políticas de repartição da riqueza. O Brasil iria se notabilizar no contexto mundial por uma posição relativamente destacada pelo seu potencial industrial e por indicadores muito baixos de saúde, educação e habitação, que medem a qualidade de vida de um povo.

Os indicadores que utilizamos nesta abordagem parecem fornecer elementos suficientes para esclarecer a estratégia adotada pela equipe econômica do governo Médici para produzir o “Milagre econômico”. Permite-nos, assim, observar que não houve mérito de gestão das contas públicas, mas fruto de um conjunto de medidas austeras e de beneficiamento do fluxo de capital externo. Observamos nas Tabelas 10, 11 e 12, que o movimento de capital no Brasil aumentou de 541 milhões de dólares em 1968 para 6,25 bilhões de dólares em 1974, e a Dívida Total cresceu de 4,4 bilhões de dólares para 17 bilhões de dólares. O investimento estrangeiro direto líquido variou 157% em 1973. Não obstante, as emissões líquidas do governo central já representavam 8% do PIB. Cabe ressaltar, ainda, que o maior fornecedor do capital financeiro ao Brasil neste período foram os Estados Unidos, como parte da estratégia de seus interesses na política econômica.

Como observou Tavares, os interesses empresariais estão pautados no processo global de acumulação de capital, mudou as relações da política econômica no pós-milagre. O capitalismo passou, então, a implementar nos países em desenvolvimento o nicho de suas necessidades de produção e consumo. Primeiro, por abundantes fontes de insumos primários, segundo, pela mão de obra barata. A nova estrutura empresarial, implantada pelos grandes grupos multinacionais (conglomerado), direcionou a utilização do capital financeiro como modelo de engenharia econômica

²² Id. p. 277.

moderna, em detrimento ao desenvolvimento sustentado e ao combate aos desequilíbrios sociais.

*“Uma das expressões mais notórias dessas mudanças reside em uma nova forma de organização empresarial que passou a ser conhecida pela designação de “conglomerado” e ganhou prestígio a partir das experiências japonesa e alemã. Sua característica fundamental consiste em uma maior articulação entre a esfera real e a financeira, através da qual, historicamente, se voltou a atribuir ao capital financeiro um papel predominante na articulação dos interesses empresariais no processo global de acumulação”.*²³

TABELA 12

Em 22 de dezembro de 1973, o Jornal do Brasil publica a seguinte manchete:

*“A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) aumentou o preço do barril do produto de US\$ 5,09 para US\$ 11,64. Na prática, o petróleo árabe deverá custar entre US\$ 7 e US\$ 9, já que o preço de referência vale apenas como valor de cálculo dos impostos de exportação. A decisão é uma ameaça à economia mundial. Afinal, os árabes produzem 862 milhões de toneladas dos 2,15 bilhões consumidos mundialmente”.*²⁴

O choque do petróleo ao final de 1973 foi responsável pelos sensíveis desequilíbrios na Balança Comercial, gerando *déficits* comerciais e níveis insustentáveis de inflação cambial repassada aos preços. O Balanço de Pagamento apresentou uma acentuada queda nas Transações Correntes, saltando de um *deficit* de 1,6 bilhões de dólares para 7,1 bilhões de dólares. Para Singer, o “Milagre Brasileiro” é fruto do “processo de recuperação da recessão de 1962/67”, e suas possibilidades de êxito se esgotaram em 1974:

“No plano das aparências, este esgotamento se manifesta sob a forma de pressões sobre o balanço de pagamentos e o nível de preços. Sintomaticamente, tanto o deficit do primeiro (cerca de US\$ 1,3 bilhão) quanto a elevação do segundo (cerca de 35%) atingiram em 1974 níveis de recorde. Mas o controle do balanço de pagamentos e da inflação são

²³ Id. p.239.

²⁴ Texto extraído do Caderno Economia do *Jornal do Brasil*, de 22 de dezembro de 1973, Rio de Janeiro.

*apenas as contingências imediatas que obrigam o Estado a pôr um freio ao crescimento”.*²⁵

A partir daí, as relações do capital estrangeiro com a economia brasileira passaram a se agravar, devido ao fato de o petróleo ter reduzido consideravelmente a oferta por moeda no mundo. A demanda por novas linhas de financiamentos aumentaram na América Latina e demais países não industrializados, principalmente para cobrir seus *déficits* na Balança de Pagamentos provocados por este efeito. Enfim, o mercado financeiro internacional passou a ser movido pelos “petrodólares”²⁶.

A grande disponibilidade da comunidade financeira internacional em aplicar seus recursos e investir em economias não desenvolvidas sofreu uma mudança estratégica. O mundo econômico mudou a partir de Dezembro de 1973, e o excepcional desempenho da economia brasileira chegou ao seu fim, selando desta forma o “Milagre Econômico Brasileiro”, nada mais restando que a dura realidade do alto custo do crescimento desordenado.

²⁵ Id. p. 119.

²⁶ Dólares obtidos pela venda de petróleos dos países árabes e aplicado no mercado financeiro internacional.